

Anarquia de base: interação, relação e antiessencialismo na teoria dos sistemas sociais

Base anarchy: interaction, relationship, and anti-essentialism in social systems theory

Fabício Neves

Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasil

<p>RESUMO: Neste trabalho, procuro aproximar a teoria dos sistemas sociais das discussões mais recentes para uma sociologia relacional, desencadeadas a partir do manifesto de Mustafa Emirbayer. Busco mostrar como a ideia de uma ‘sociologia relacional’ equivale a conceitos emergidos no seio do intento metateórico de Niklas Luhmann de uma teoria de três dimensões de formação sistêmica, a saber: sistemas sociais, interações e organizações. Darei atenção à interação e à dimensão relacional que lhe são constituintes. Busco evidenciar como o ímpeto antiessencialista da sociologia relacional ali se apresenta bem articulado por meio das ideias de sistema, fluxo, comunicação e copresença. Finalmente, discutirei como a diferenciação interação/sociedade pode contribuir para a superação de dilemas teóricos da sociologia relacional como liberdade e determinação, mudança e permanência.</p>	<p>ABSTRACT: In this paper, I seek to bring the theory of social systems closer to the most recent discussions for a relational sociology, triggered by the manifesto of Mustafa Emirbayer. I seek to show how the idea of a ‘relational sociology’ is equivalent to concepts emerging within Niklas Luhmann’s meta-theoretical intent of a three-dimensional theory of systemic formation, namely: social systems, interactions, and organizations. I will pay attention to the interaction and the relational dimension that constitute it. I will highlight how the anti-essentialist impetus of relational sociology is well articulated there through the ideas of system, flow, communication, and co-presence. Finally, I will discuss how differentiation of interaction/society can contribute to overcoming the theoretical dilemmas of relational sociology such as freedom and determination, change and permanence.</p>
<p>PALAVRAS-CHAVE: teoria dos sistemas sociais; sociologia relacional; antiessencialismo; interação; comunicação</p>	<p>KEYWORDS: social systems theory; relational sociology; antiessentialism; interaction; communication</p>

INTRODUÇÃO

Como vem sendo frequentemente assinalado pelo *mainstream* da teoria sociológica contemporânea, a expectativa totalizante de compreensão societária entrou em refluxo desde o início da década de 1990. Se a busca sistemática de um paradigma ou modelo para a análise social tem seu pontapé inicial na teoria dos sistemas na década de 1930, empreendimento que deve ser creditado a Talcott Parsons, foi com esta mesma expectativa teórica que tal busca se encerrou, ao menos por enquanto. As macro- e meta- narrativas teriam terminado tão logo os avanços pós-modernos/estruturalistas tomaram o centro da teorização sociológica, reivindicando mais atenção aos fenômenos circunscritos, a temas bem delimitados, a conceitos que pudessem ser imediatamente rebaixados à condição de categorias analíticas para processos concretos.

Neste ensaio, argumento que tal postura, menos ambiciosa, não deveria ser compreendida como

uma contraposição às iniciativas totalizantes da teorização sociológica. Antes, elas representam exatamente as consequências daquele processo, assumindo, vez ou outra, formas teóricas emergidas no seio da teorização totalizante, mas rebaixando-as a operadores empíricos de pesquisa, circunscrevendo-as a temas concretos da agenda social de fim e início de século. Para deixar mais claro este argumento, busco mostrar como a ideia de uma ‘sociologia relacional’ equivale a formas teóricas emergidas no seio do intento de Niklas Luhmann de uma teoria sociológica que desse conta de três dimensões de formação sistêmica, a saber: sistemas sociais, interações e organizações. Por motivos de espaço, darei atenção à interação e à dimensão relacional que a constituem. Tentarei mostrar como o ímpeto antiessencialista da sociologia relacional ali se apresenta bem articulado por meio da ideia de comunicação e copresença.

Para este intento, encadeio as partes deste ensaio da seguinte forma: primeiro, farei uma digressão pela ideia de sociologia relacional, começando pelo

Manifesto relacional de Mustafa Emirbayer (1997) e por algumas consequências desse suposto ‘movimento’, tentando extrair desse exercício uma síntese, não exaustiva, das distintas abordagens que interagem com ele. Após isso, apresentarei a ideia de uma teoria dos sistemas relacional, com ênfase nos sistemas de interação, os quais trariam todos os elementos de uma sociologia relacional, como as ideias de contingência e fluxo. Tento também estabelecer uma relação entre determinismo e liberdade, permanência e transformação, ao apresentar a relação entre interação e sociedade, processo que se apresenta como fundamento da evolução social. Embora a teoria dos sistemas de Luhmann sirva de referência a este trabalho, tomo a liberdade de realizar seleções por conta própria e, portanto, ousar transcender este marco.

MANIFESTO EM FLUXO

Mustafa Emirbayer publica em 1997, no *American Journal of Sociology*, um artigo em forma de manifesto que além de apresentar um programa de pesquisa, buscava articular distintas abordagens teóricas surgidas em tempos recentes nas mais diversas perspectivas epistêmicas e ontológicas, e apontavam para um projeto comum, a saber, relacional e antissubstancialista (Emirbayer 1997). Não que a “perspectiva relacional” não fosse reivindicada por autores das ciências humanas antes –como, por exemplo, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Karl Marx, Georg Simmel, Ernst Cassirer, Norbert Elias–, mas recorrentemente tais autores caíam em abordagens que tendiam ao essencialismo, ao reificar conceitos como ação social, comunidade, sistema social, indivíduo, identidade, classe social, para levá-los à condição de objetos, exteriorizando-os à dinâmica relacional. As tradições sociológicas do século XX se diferenciaram, pode-se dizer com algum grau de arbitrariedade, em função da definição de seus objetos preferenciais, definindo-os segundo graus variados de ‘objetividade’, tratando-os como ‘coisas’, ‘substância’, ‘essência’, localizando-os na ‘mente’, no ‘corpo’, na ‘estrutura’.

Tais tradições construíram abordagens epistemológicas e ontológicas do social, assumindo-o como durável, estável, não transparente aos próprios agentes, resistente ao jogo contextual do fluxo de relações. Consideravam “postular unidades discretas e pré-dadas, como indivíduo ou sociedade, como os principais pontos de partida da análise sociológica” (Emirbayer 1997: 287), relacionando indivíduo e sociedade, embora não reduzindo um ao outro, porquanto consideravam ser de ‘natureza’ distinta. Em algumas abordagens –liberais– restam indivíduos que agem livremente, mobilizados pelo autointeresse; em outras –coletivistas– sobrepõem-se aos indivíduos normas e valores que orientam tomadas de ação. Os radicalismos teóricos caminharam nos extremos

dessa dualidade; os moderados procuravam as articulações.

Recentemente, nota-se um interesse compartilhado por parte da teoria social em superar a ideia recorrente de tratar tais “entidades” como separadas. Pelo contrário, tende-se a considerá-las como pertencentes à “mesma ordem de realidade” (Powell y Dépelteau 2013: 3), à realidade relacional. Não se considera, e o próprio Emirbayer o diz, que este grupo de autores interessados na “perspectiva relacional” se articula num consenso ou numa teoria única. Menos que isto, a variedade de proposições é o que dá o tom desta articulação, ou seja, “how they do so, and what precisely they mean by ‘social relations’, varies considerably from one relational sociologist to another” (Powell y Dépelteau 2013: 1). Seria uma nova “virada” na teoria social (Vandenberghe s/f).

Powell e Dépelteau (2013: 1) afirmam genericamente que “Relational sociologists study social relations”. Mas o que se quer realmente dizer por abordagem relacional? O que quer dizer antissubstancialista? E como pensar em uma virada se o núcleo duro da virada, as relações sociais, varia consideravelmente entre aqueles que assinariam o manifesto de Emirbayer? Uma forma de responder seria articular a crítica a propostas substancialistas com as ideias de fluxo e contingência da vida social, que está no centro do pressuposto relacional.

A expressão fluxo, que não chega, a meu ver, a compreender um conceito, é recorrente na maior parte das abordagens relacionais. Em específico, como nos informa Kasper (2013), em Norbert Elias esta expressão alcança um *status* teórico fundamental em sua abordagem antiessencialista. Em Elias, deve-se atentar para os complexos articulados de interação humana, as figurações, que não seguem direções determinadas e não se reificam em estruturas estáticas. Ainda que elas sejam atualizadas o tempo todo através do fluxo interacional humano que lhe serve de anteparo, as figurações não se mantêm como estruturas estáveis, sujeitas ao controle e previsões dos indivíduos ou grupos. Figurações “são relativamente autônomas em detrimento da consciência, dos motivos, das interpretações, dos objetivos e das práticas humanas” (Tsekeris 2013: 101).

Dada a fluidez dos processos sociais indicados, somos desafiados a empreender uma mudança na abordagem sociológica: da estática das macroestruturas rígidas para a dinâmica dos fluxos em composição e decomposição. São esses fluxos que combinam e recombina elementos em relação, transformando pessoas, objetos e as próprias relações, tão logo mude a geometria relacional. Tais expressões são muito comuns às abordagens de redes (Callon 1986; Latour 1987; Law 1987) e de sistemas (Luhmann 2016), ambas assinaladamente propostas antissubstancialistas. São esses elementos que podem ajudar a sociologia

relacional a encontrar conceitos apropriados para lidar com o fluxo instável das relações.

(...) as noções de sistemas e redes parecem muito promissoras; ambas começam com a suposição de que tudo poderia ser de outra forma ou diferente do que é, e que o que as coisas são depende das outras coisas a que estão ligadas. O que algo significa, por exemplo, depende de uma série de variáveis, incluindo contexto, situação e local (Fuchs 2001: 16).

Com isso, assinala-se uma imagem da sociedade –abe-se lá o que isso pode significar nos termos acima– distante da ordem ou do consenso, sem finalidades acionáveis e sujeita às dinâmicas interacionais que se constituem como formas de vida com capacidade de restabelecer os marcos sobre os quais se constituíram por si mesmas. Nem sistema nem rede nestes termos devem ser compreendidos como estruturas rígidas e estáveis (Fuchs 2001). Ademais, não estariam sujeitos ao controle, como pretendiam as variedades da teoria dos sistemas de inspiração cibernética. A imagem que melhor caracterizaria o intento da sociologia relacional poderia ser sintetizada na expressão descontrolado, contingência, diga-se de passagem, próxima de abordagens como a de Giddens (1990) e Luhmann (2007).

Como veremos abaixo, e o próprio Emirbeyer (1997) ressalta, a proposta teórica de Luhmann não só se aproximaria da imagem de sociedade legada pela sociologia relacional, como poderia fazer avançar o escopo conceitual proposto por tal abordagem ao articular fluxo e contingência na dinâmica relacional das interações.

A SOCIOLOGIA DOS SISTEMAS COMO RELACIONAL (OU VICE-VERSA)

Niklas Luhmann é reconhecidamente o teórico mais importante da teoria dos sistemas no final do século XX (Rodrigues y Neves 2017; Bechmann y Stehr 2001). Esta modalidade teórica foi praticamente esquecida a partir dos giros por que a teoria social passou desde a década de 60, embora em cada um deles a teoria dos sistemas se mostrasse plástica o suficiente para incorporá-los ou premonitória para antecipá-los (Bachmann-Medick 2016). Em grande parte, isso se devia ao ímpeto paradigmático e metateórico que mobilizava teóricos que se identificavam com este marco. Desse ímpeto emergiam as maiores advertências e os maiores entusiasmos.

No plano mais amplo da diferenciação sistêmica, a arquitetura teórica de Luhmann (2016) parte da divisão esquemática entre máquinas, organismos, sistemas sociais e psíquicos. O que nos interessa aqui são os sistemas sociais, os quais são subdivididos por Luhmann em interações, organizações e sociedades. Todos esses sistemas seriam do interesse de uma

teoria geral dos sistemas, a qual deveria buscar entre eles equivalentes funcionais, salvaguardando seus distintos níveis: “a distinção de níveis deve estabelecer fecundas perspectivas comparativas” (Luhmann 2016: 19). O que relewa aqui é apresentar e discutir o que Luhmann chama de interação. É neste nível que, a meu ver, encontraríamos maneiras criativas de lidar com o problema dos fluxos, da contingência e da incerteza, que se apresentam como desafios também à sociologia relacional.

Vale uma ressalva importante no tocante ao exercício aqui empreendido, concernente à exigência conceitual de diferenciar sociedade e interação. Luhmann afirma que sociedade e interação são sistemas sociais de tipos diferentes, que deveriam receber tratamento diferenciado da teoria social, embora pudessem, e devessem, ser articulados por meio de uma teoria geral dos sistemas. Não existe sociedade sem interação, nem interação sem sociedade, mas o que importa é a diferença que se constitui quando interações se formam limitadas por possibilidade sociais disponíveis e atualizam os próprios limites da sociedade, num movimento recíproco de abertura e fechamento operacional. Fica mais claro visualizar por meio das interações como estes processos operam em fluxo, sem direção prévia e de maneira a dissolver formas fixas no próprio processo, como também indicado pela perspectiva relacional. Por isso se escolheu aqui partir do sistema de interação.

Para Luhmann, diferentemente das organizações e sociedades, interações são sistemas sociais simples caracterizados pela presença física dos interlocutores; “eles incluem tudo aquilo que pode ser tratado como presente, e podem em certos casos decidir entre os presentes o que deve e o que não deve ser tratado como presente” (Luhmann 2016: 467). Toda a comunicação possível que se observa em processos interacionais é selecionada e definida a partir da presença. Soma-se a isso a percepção dos interlocutores de que são percebidos e, portanto, participam da comunicação como presentes. Processos como comunicação e percepção criam, desse modo, um limite claro para a formação de sistemas interacionais, de modo que a distinção de base para a interação seja presente/ausente (Luhmann 2016: 469) Tal ocorrência é o que produz a diferença entre sociedade e interação (Luhmann 1986).

A comunicação presentificada na interação não é determinada desde uma fonte externa, pré-requisitos normativos ou morais, ou ainda, obrigada a acontecer (Luhmann, 2007: 646). Mais uma vez, os presentes definem tais termos e a ocorrência deles no tempo do acontecimento da interação, de forma altamente contingente, embora possa parecer-lhes pura necessidade. No entanto –e contra o risco de uma total desestruturação processual, contra a constante presença da dupla contingência entre *alter* e *ego*–,

sistemas interacionais desenvolvem esquemas diferenciadores pré-estruturados que canalizam o fluxo de comunicação para níveis toleráveis de complexidade entre os presentes (Neves 2006). Na dimensão social, a interação é diferenciada entre seleções de *ego* e *alter*, o que dirige as comunicações posteriores que passam a se organizar a partir das seleções feitas. Na dimensão temporal, há seleções entre elementos constantes e variáveis; em outras palavras, condições estruturais recorrentes e seleções contingentes. Finalmente, a dimensão material da seleção permite atribuições a *alter* e *ego* internas, ligadas às ações, e externas, ligadas à experiência.

Tais esquemas diferenciadores, no plano social, temporal e material, ocorrem concomitantemente e fornecem mecanismos de estabilização a processos altamente contingentes que se manifestam nas interações. Vale dizer, as interações são altamente instáveis e complexas, fluxos contingentes, mas canalizam a contingência e reduzem a complexidade societal por meio de mecanismos seletivos que fornecem à relação de *ego* e *alter* meios de entendimento e articulação da ação, ainda que momentâneos. Novas interações exigirão novas seleções, mesmo que estejam presentes os mesmos indivíduos –se é que se pode dizer que são os mesmos. Neste sentido, ao fim da copresença, cessa a processualidade momentânea da interação.

Não todos, mas muitos sistemas de interação direta entre presentes são, neste sentido, sistemas sociais simples. E, muito típico para os sistemas de interação, é que só com muito esforço eles podem consolidar internamente subsistemas duradouros (Luhmann 2016: 219).

A duração precária, nesses termos, nos faz observar outras consequências teóricas para sistemas sociais interacionais quando nos referimos à comunicação e suas improbabilidades (Luhmann 2001, 2006, 2016). Para Fuchs (2001), comunicação é o conceito relacional central da teoria dos sistemas. Sua centralidade se deve à sua irredutibilidade a qualquer outra unidade de análise. A importância desse conceito também se manifesta na exigência de relação de, ao menos, dois indivíduos, não necessariamente em situação de copresença. Para o que nos importa também, comunicação é processo, fluxo ininterrupto, atualização observável de expectativas sociais.

Comunicação é, também, ocorrência altamente improvável, como diz Luhmann (2001). Primeiro, como também já observou Parsons para o problema da ação (Parsons 1955), é improvável que *alter* compreenda o que *ego* quer expressar, já que ambos partem de corpos e consciências completamente apartadas e individuais, o que se relaciona com a experiência ímpar de cada parte. Segundo, é improvável que a comunicação encontre os destinos esperados,

superando as limitações materiais, espaciais e temporais. De acordo com Luhmann:

O sistema interativo dos presentes em cada situação garante na prática uma medida satisfatória de atenção para a comunicação. Mas as regras aí válidas não podem ser levadas a vigorar além dos limites do sistema de interação. Mesmo quando a comunicação encontra portadores de sentido transportáveis e temporalmente estáveis, torna-se improvável que ela capte qualquer atenção para além dos limites da interação (Luhmann 2016: 182-183).

Finalmente, não há garantias de sucesso da comunicação, ou seja, que ela encontre concordância e aceitação em *alter*. Compreender não quer dizer aceitar, ou seja, *alter* tomar as seleções de *ego* como premissas de comportamento, de vivência, de pensamento. Para a comunicação ser aceita, ela deve ser compreendida como comunicação, deve chegar ao endereço e então ser aceita.

Superando essas improbabilidades, a processualidade social, os fluxos comunicativos, alcançariam menores níveis de complexidade e contingência, não obstante continuarem abertas possibilidades ulteriores de incompreensão e não aceitação. Visto dessa maneira, o fluxo do social na interação não nos fornece uma imagem ordenada e provável de entendimento comunicativo. O contrário é que seria verdade: a comunicação na interação seria um processo dissipador de possibilidades de ordem pelo entendimento estável, um mecanismo gerador de ruídos, instabilidades, caos. Essa imagem tangencia aquela da sociologia relacional; em sentido estrito, a ideia de que as relações estabelecem os sentidos, a direção dos fluxos, a dinâmica da prática, enfim, teoricamente, tal imagem recorre à imanência do próprio processo interacional.

Vistas da mesma forma, mas de maneira mais aprofundada, “interações são episódios da realização social” (Luhmann 2016: 462). A consciência de *alter* e *ego* em tais episódios pressupõe ocorrências comunicativas anteriores e expectativas de que haverá comunicação após o fim da interação. Tanto ocorrências anteriores vivenciadas quanto as expectativas são atualizadas e definidas em cada interação específica, estando, pois, disponíveis a alterações episódicas que podem ressignificar o passado e reconduzir o futuro. Assim, o sucesso da interação, em termos comunicativos, não garante a cristalização do sucesso ou a efetivação de acordos episódicos assumidos, levando, mesmo os presentes em anteriores interações, a produzir novas dinâmicas interativas sempre quando se encontram. As interações ocorrem como atualização recorrente, renovação, e não como reprodução.

INTERAÇÕES COMO AUTOPOIÉISIS RELACIONAL

É preciso aqui inserir de forma mais clara o tema, em geral polêmico, da autopoiesis do sistema social. Muita incompreensão tem se acumulado nas últimas três décadas em decorrência de argumentos ora apressados, ora rasos, no tratamento dado a esta forma de conceituação¹. Ela claramente é um novo giro na teoria dos sistemas (sem que obtivesse consequências mais gerais para a teoria social), que acompanha o desenvolvimento mais amplo das disciplinas que se ocuparam com este marco teórico multidisciplinar, no caso específico, a biologia/neurofisiologia, desenvolvida pelos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela. Tal giro era uma clara resposta aos obstáculos encontrados pela teoria sistêmica de Parsons, que se utilizava amplamente da ideia de sistema aberto e que se baseava em princípios de ordem, estrutura, ação social, estabilidade sistêmica e reprodução social, nos fluxos de informação entre sistemas e nos equivalentes funcionais observados.

Autopoiesis, ao fazer referência à ideia de sistema fechado, não quer dizer solipsismo ou ignorância em face do ambiente do sistema. Fala-se tão somente em fechamento operacional com base em processos definidos, empiricamente observáveis. Para o caso de sistemas de interação, os processos de percepção e comunicação definem os limites operacionais que se desenvolverão ali. O fato de os indivíduos se perceberem em copresença e comunicarem uns com os outros garante operações restritas àquele episódio, constituindo um processo recursivo em direção à própria interação específica. Ao mesmo tempo, os indivíduos copresentes são observadores do que está para além do limite definido na relação, ou seja, eles estão cognitivamente abertos ao ambiente da interação, quer dizer, à sociedade.

Tal recursividade episódica –fechada operacionalmente, mas aberta cognitivamente– marca a diferença entre interação e sociedade, impedindo, portanto, que a ausência de limites entre esses sistemas fizesse a interação decair na complexidade inoperável da sociedade, em um nível insuperável de contingência, ou, ainda, que se reduza a sociedade a episódios de copresença. É claro que a interação ainda mantém níveis de contingência nas suas operações, mas um nível suportável para o desenrolar dos processos que ali têm lugar.

No lugar da interdependência (impossível) de cada elemento em relação a cada elemento (ou, contudo, de muitos em relação a muitos), entra em cena a interdependência de todos (ou, de qualquer modo, de muitos) os elementos em relação a um ponto direcional escolhido, no qual o sistema

representa a sua unidade em si mesmo da melhor forma possível (Luhmann 2016: 471).

O encaminhamento a este ponto direcional escolhido dá identidade ao sistema; uma recursividade autopoietica se configura até o momento em que cessam as comunicações entre os presentes. É a relação construída que ‘governa’ a direção do processo, logo sua identidade, definindo, como dito acima, as dimensões estruturais em termos sociais (definição da sequência de comunicação), temporais (definição do término do processo) e materiais (definição dos temas). Claro está que o processo interacional é guiado por mecanismos de centralização, cujos presentes sabem que existem –e comungam de– perspectivas mais amplas que aquelas centralizadas (diz-se: abertura cognitiva). Mas, ao se centralizar o curso numa direção, a recorrência autopoietica, ou seja, a recorrência às comunicações antecedentes, passa a governar a relação. Vê-se aqui uma conjugação de elasticidade estrutural e centralização processual, liberdade e determinação.

A unidade da autopoiesis não é outra coisa senão a sua constante renovação. Para tanto, há em toda e qualquer situação um exemplo de jogo maior ou menor de possibilidades de articulação. Junto a sistemas sociais, o que está em questão é sempre apenas a comunicação articulável (...). A possibilidade de articulação é assegurada pela autorreferência dos elementos e por meio da estrutura de expectativas. No interior desse excedente de possibilidades há probabilidades diferentes, que são fixadas no horizonte de sentido do instante e que podem ser observadas como probabilidades (Luhmann 2016: 493).

Por meio do fluxo comunicacional que ultrapassa a diferença sociedade/interação, indivíduos se constituem vivenciando-o, registrando as experiências de copresença, interacional. No entanto, ao contrário de uma hipersocialização de suas consciências, estas continuam fechadas operacionalmente, sujeitas à própria autopoiesis. Da mesma forma também, as interações não são resumidas aos indivíduos e suas consciências, mas à relação que ali se constitui. De modo que não se pode reduzir os indivíduos às consequências das interações, já que, uma vez encerradas estas, aqueles poderiam tão somente ter acesso à reconstrução daquele episódio lançando mão de uma consciência que, também em fluxo, já se alterou.

Desse modo, o fluxo comunicacional não pode ser pensado como reprodução, senão como atualização relativa das relações que se constituem tempo a tempo (como acima: “A unidade da autopoiesis não é outra coisa senão a sua constante renovação”). Pensando a partir da relação entre interações e

¹ Latour (2005) seria um exemplo claro dessa incompreensão, ao afirmar que Luhmann usou a mesma metalinguagem para

caracterizar as distintas esferas sociais, lançando mão de um reducionismo de conceitos biológicos, no caso, autopoiesis.

consciências, a imagem de sociedade seria de pura instabilidade, uma ordem precária de relações.

Assumidos tais pontos teóricos, indivíduo, interação e sociedade devem ser diferenciados a partir das operações próprias – consciência, copresença comunicativa e comunicação, respectivamente. É nesse sentido que não se pode reduzir nem a sociedade ao indivíduo, nem este àquela, como se tentou fazer em expectativas teóricas anteriores unilaterais. O que decorre disso é a necessidade de estabelecer um marco teórico que possa evidenciar a dinâmica relacional dessas dimensões, ao invés de reduzi-las uma à outra.

Na parte da diferença indivíduo/interação, parece claro que os indivíduos, fechados em sua própria consciência, participam de interações a partir das expectativas que lhes são características (autorreferência), mas que se alteram devido à relação que se estabelece com outros indivíduos nas dimensões acima indicadas, a saber: material, temporal e social (heterorreferência). Ou seja, a interação combina níveis de liberdade e determinação modulados por meio das relações dos copresentes.

Cria-se uma cadeia concatenada de comunicações em que cada elemento se segue a outros, uma cadeia estruturada em termos de expectativas disponíveis entre e pelos presentes, mas aberta o suficiente para que não sejam reféns de nenhum *script* predeterminado, pois não se espera, nem em reuniões burocráticas, formais, nem em relações amorosas, políticas, entre outras, que algum roteiro possa determinar o curso das interações que ali têm lugar. Por isso, a semântica teórica da reificação, da teleologia e do estruturalismo hoje se nos apresenta demasiadamente restritiva quando se consideram sistemas sociais interacionais (deve-se também superar a tese da intersubjetividade entre consciências, já que os indivíduos, como sistemas psíquicos, são horizontes particulares de construção de sentido, os quais, por meio de suas consciências, combinam abertura cognitiva com fechamento operacional).

Travar-se-á agora uma discussão a respeito da relação interação/sociedade, que combine mudança e permanência, liberdade e determinação.

INTERAÇÕES COMO RELAÇÕES ABERTAS À SELEÇÃO DA SOCIEDADE

Se ficou clara a natureza episódica e autopoietica da interação e, portanto, sua articulação de abertura cognitiva e fechamento operacional, resta-nos um adendo a respeito da relação entre interação e sociedade. A tentativa aqui é mostrar que embora a interação ocorra como um jogo aberto ao curso livre das relações episódicas, ela alcança, em determinadas situações, níveis estruturais mais amplos e transcendentais, e sua ocorrência episódica passa a ser

selecionada e disponibilizada pela sociedade, compatibilizando processos de mudança e permanência.

Deve-se ressaltar novamente que existe um desnível de complexidade entre o sistema de interação (complexidade articulada ou simplificada) e sociedade (totalidade das comunicações possíveis), de modo que pareça claro que esta diferença ocorre no *continuum* de toda a comunicação societal possível (Luhmann 2006: 647). Deve também restar claro que a dinâmica relacional na interação, sua processualidade própria, suas determinações momentâneas por meio do livre jogo comunicativo dos presentes, não se reduz à –ou se coloca como– sociedade.

Não que a interação saia da fronteira da sociedade e que forme um sistema além de seus limites. Realiza a sociedade, mas de maneira que dentro dela se produzem limites entre o sistema específico de interação e seu entorno interno à sociedade (Luhmann 2006: 647).

A interação ocorre na sociedade embora se diferencie dela. Não é, como dito, simplesmente diferença de complexidade entre sistemas sociais, nem formações sociais compostas de elementos de tipos diferentes. Antes de tudo, sociedade e interação são sistemas sociais compostos de comunicação, à diferença do sistema psíquico (ideias) e das organizações (decisões). Desta forma, interação é um ambiente interno à sociedade, diferenciado desta, mas que lhe oferta variações episódicas, alterações circunscritas localmente (embora possam alcançar maior extensão), e que, ao mesmo tempo, manifesta-se como ocorrência do fluxo comunicacional geral do sistema da sociedade.

Pero la sociedad no sólo realiza interacciones: es también entorno societal de estas mismas. Esta diferencia –interna a la sociedad– impide que todo lo que pasa, gusta o disgusta en las interacciones influya en las estructuras del sistema de la sociedad. Todo el sentido –y en particular, por tanto, lo que puede ser persona o rol– se construye de manera *transinteraccional* con una mirada puesta en usos más allá de la interacción en curso. Ya en la interacción misma se toma en cuenta este hecho y, en contraste con lo que puede suceder en la interacción, sólo una pequeña cantidad de innovación puede pasar este filtro a la difusión extendida de la sociedad (Luhmann 2006: 378).

Os episódios de interação na sociedade não interferem direta e ininterruptamente na estrutura da sociedade, mas são selecionados ocasionalmente e podem, assim, ter consequências estruturais para a sociedade. Embora as interações ocorram o tempo todo e por meio de sua natureza relacional se observe a fluidez, a contingência e a dissolução processual constante, há elementos que permanecem, antes do início e após o término da interação ofertada, por meio de uma estrutura de expectativas que só pode existir no nível do sistema social, já que só aqui uma

dinâmica de abstração ultrapassa a fluidez concreta da interação.

Há, antes de tudo, nas interações, expectativas que, por serem apenas expectativas, podem ou não se confirmar na relação da copresença. Tais expectativas, que transcendem, mas participam da interação, estão disponíveis em termos de pessoa, papéis, programas e valores. Não obstante a presença de expectativas que estão além da ocorrência interacional, sua processualidade, sua caracterização, compreensão etc. por parte dos copresentes, ainda assim estariam sujeitas à relação que se inicia com a interação.

Interações promovem, portanto, mutações das expectativas estruturais da sociedade, mas só na medida em que a variação das expectativas estruturais seja corroborada no sistema social. Tal variação, como dito, ocorre em cada interação, pois a copresença cria condições completamente novas, ou seja, renovação. No entanto, nem toda renovação é confirmada no sistema social. O sistema social convive incessantemente com uma complexidade implacável por parte dos sistemas de interação, sendo pressionado pelas inovações que ali têm lugar. Somente quando o sistema social seleciona as inovações — e o faz em acordo com sua processualidade autopoietica na direção do provável — é que se pode falar de evolução (Claramente aqui o conceito de evolução de Luhmann não se relaciona à ideia de progresso. A referência é a biologia evolutiva recente e sua base genética, que combina processos de mutação-seleção-evolução sem finalidade, ‘ao acaso’).

A relação interação/sistema social suscita o mecanismo evolutivo da sociedade. Sobre uma base de intensa variação dos elementos promovida pela interação, erguem-se expectativas estruturais selecionadas pelo sistema social. Essas mesmas expectativas se confirmam, entretanto, provisoriamente, estando sujeitas a novas interações que podem ou não estabilizar tais expectativas. Tal processo relacional promove uma estabilidade dinâmica no plano mais geral do sistema social e uma instabilidade processual no plano das interações. Uma imagem que o próprio Luhmann nos fornece — ‘anarquia de base’ — repercute a ideia de uma instabilidade relacional incontornável no nível das interações.

O conjunto das interações forma ao mesmo tempo um tipo de anarquia de base, forma enquanto estabilidade própria de interação e enquanto compulsão à interrupção da interação o material de jogo para a evolução social. Formas refinadas da diferenciação social são construídas por meio de seleção a partir desse material (Luhmann 2016: 481).

A evolução social combina a instabilidade do livre jogo relacional das interações com as expectativas consolidadas nos sistemas sociais, de modo que é desta relação (interação/sistema social) que emergem processos sociais com os quais a sociologia vem se

deparando, como burocratização, intimidade, estado, crise ambiental etc. A análise sociológica necessita de uma metodologia relacional que possa dar conta dessa ‘anarquia de base’ das interações e das ‘expectativas consolidadas nos sistemas sociais’, desafio a que nem as abordagens interacionistas, individualistas e fenomenológicas, nem as perspectivas coletivistas, comunitárias ou sistêmicas, tomadas isoladamente, mostram-se capazes de responder.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Busquei neste trabalho mostrar como alguns elementos teóricos emergidos no seio da teoria dos sistemas de Luhmann, em específico, seu conceito de interação, fornecem um quadro que se aproxima de muitas das reivindicações da ‘sociologia relacional’, tal como buscada por autores como Emirbeyer (1997), Fuchs (2001) e Powell e Dépelteau (2013).

Em especial, dei atenção ao conceito de comunicação e seu fluxo ininterrupto, à ideia de autopoiesis, à diferenciação interação/sociedade. Posto isso, ressaltei que, em conjunto, tais conceitos fornecem formas diferentes de observar processos sociais, apresentando-se como subsídios importantes para uma abordagem sociológica antiessencialista, atenta às contingências, com capacidade de articular instabilidade e estabilidade processual, liberdade e determinação. Uma imagem do social que emerge desses rendimentos é o que Luhmann chamou de ‘anarquia de base’.

Talvez este exercício possa nos indicar a pertinência de exercícios de sínteses teóricas — que não foi o intento aqui — que façam emergir articulações para além das unilateralidades que tendem a acumular-se de tempos em tempos na teoria sociológica. Parsons foi pioneiro neste projeto e nos legou uma tradição que, ao menos no que concerne à ideia de ‘síntese teórica’, não se exauriu, manifestando-se recorrentemente em propostas mais ou menos ambiciosas em sua amplitude de escolhas teóricas. Se em Parsons o conceito de ação social guiou seu projeto, o conceito de relação agora nos coloca o mesmo desafio, o que nos leva a enquadrar na constelação relacional: ontologia e epistemologia, contingência e ordem, global e local, comunicação e ação, coletividades e instituições, agentes humanos e não humanos.

Esta síntese deve superar os preconceitos entre as “culturas epistêmicas” (Knorr-Cetina 1999) da ciência, que opõem âmbitos da realidade, impedindo articulações que façam avançar, em especial, para além do foco convencional da relação entre humanos. As atuais propostas anti-humanistas e pós-humanistas já nos forneceram demasiado material para uma reconsideração da própria matéria do social; a biologia evolutiva nunca se conformou com

reducionismos especistas ou genéticos; teorias da complexidade atentam para ideais de fluxo entre ordens ‘distintas’ da realidade.

É nesse contexto de extrema diferenciação das ‘culturas epistêmicas’ da ciência, muitas vezes a esconder estratégias políticas ‘mundanas’, que o exercício de relacionar –compreender em relação– revela-se extremamente oportuno. Para além de um simples exercício de reengenharia teórica, tal empreendimento só será bem-sucedido se for dotado de uma ética epistêmica da generosidade voltada à integração disciplinar, à transcendência do lugar de conforto, enfim, à relação.

REFERENCIAS

- Bachmann-Medick, D. (2016). *Cultural turns: new orientations in the study of culture*. Berlin/Boston: De Gruyter.
- Bechmann, G. y Stehr, N. (2001). Niklas Luhmann. *Tempo Social*, 13(2), 185-200.
- Callon, M. (1986). Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Briec Bay. In J. Law (ed.), *Power, action, and belief* (pp. 196–233). London: Routledge & Kegan Paul.
- Emirbayer, M. (1997). Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, 103(2), 281-317.
- Fuchs, S. (2001). *Against essentialism: a theory of culture and society*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity.
- Kasper, D. (2013). Advancing sociology through a focus on dynamic relations. In: C. Powell y F. Dépelteau (eds.), *Conceptualizing relational sociology*. United States: Palgrave Macmillan.
- Knorr-Cetina, K. (1999). *Epistemic cultures: how the sciences make knowledge*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Latour, B. (1987). *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Law, J. (1987). Technology and heterogeneous engineering: the case of Portuguese expansion. In: W. Bijker, T. Hughes, y T. Pinch (eds.), *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology* (pp. 111–34). Cambridge, Mass: MIT Press.
- Luhmann, N. (2006). *La sociedad de la sociedad*. México DF: Herder, Universidad Iberoamericana.
- Luhmann, N. (2016). *Sistemas sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Luhmann, N. (1986). The autopoiesis of social systems. In: F. Geyer y J. Van der Zouwen (eds.), *Sociocybernetic paradoxes*. London: Sage.
- Luhmann, N. (2001). *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Veja.
- Neves, C. y Neves, F. (2006). O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais. *Sociologias, Porto Alegre*, 15, 182-207.
- Powell, C. y F. Dépelteau (2013). Introduction. In: C. Powell y F. Dépelteau (eds), *Conceptualizing relational sociology*. United States: Palgrave Macmillan.
- Rodrigues, L. y Neves, F. (2017). *A Sociologia de Niklas Luhmann*. Petrópolis: Vozes.
- Talcott Parsons (1955). Family structure and the socialization of the child. In: T. Parsons y R. Bales (eds.), *Family, socialization, and interaction process* (pp. 35-132). New York: Free Press.
- Tsekeris, C. (2013). Norbert Elias on relations: insights and perspectives. In: C. Powell y F. Dépelteau (eds.), *Conceptualizing relational sociology*. United States: Palgrave Macmillan.
- Vandenberghe, F. (s/f). *A relação como operador mágico. Superando a divisão entre sociologia processual e relacional*. (manuscrito)

CONTACTO

fabriciomneves@gmail.com

Recibido: mayo 2020

Aceptado: septiembre 2020

MAD | ISSN 0718-0527

Departamento de Antropología | Facultad de Ciencias Sociales | Universidad de Chile

Avenida Capitán Ignacio Carrera Pinto 1045 Ñuñoa 7800284 | Santiago | Chile

+56 2 29787760 | revistamad.uchile@facso.cl | www.revistamad.uchile.cl

Twitter y Facebook: [@RevMadUChile](https://twitter.com/RevMadUChile)